



# MUNICÍPIO DE SANTANA

ESTADO DO AMAPÁ  
PODER LEGISLATIVO

Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle

ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMERA MUNICIPAL DE SANTANA  
APROVADO na 54 Sessão Ordinária.  
Discussão.  
Data 14 / 11 / 2024  
Secretaria Legislativa

## Parecer da CFO Nº 93/2024 ao Projeto de Lei Nº 54/2024

**Autoria:** Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle  
**Nº do Protocolo:** 1177/2024 **Protocolado em:** 12/11/2024 12h22

“Parecer da **Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle** sobre a fixação do valor dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, Procurador Geral e ocupantes de cargos equivalentes e ou assemelhados para legislatura 2025-2028”

### PROJETO DE LEI: 54/2024

**AUTORIA:** Mesa da Câmara Municipal de Santana

**EMENTA:** “Parecer da **Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle** sobre a fixação do valor dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, Procurador Geral e ocupantes de cargos equivalentes e ou assemelhados para legislatura 2025-2028”

### 1 - RELATÓRIO

Trata-se Proposta de Lei que trata sobre a “*fixação do valor dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, Procurador Geral e ocupantes de cargos equivalentes e ou assemelhados para legislatura 2025-2028*”

Foi protocolizada no dia 12 de novembro de 2024, recebendo pela Secretaria Legislativa a seguinte numeração 54/2024.

### 2. DO MÉRITO

De início, é válido apontar que as “**LEIS ORDINÁRIAS**” fazem parte do processo legislativo conforme prevê o art. 23, II da Lei Orgânica<sup>1</sup>, vejamos:

“Art. 23. O processo legislativo compreende a elaboração de:  
III – Leis Ordinárias;”

<sup>1</sup> SANTANA. Lei Orgânica do Município de Santana. Amapá. Câmara de Vereadores de Santana, 2000.



# MUNICÍPIO DE SANTANA

ESTADO DO AMAPÁ  
PODER LEGISLATIVO

*Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle*

Nesse sentido o Regimento Interno da Câmara Municipal de Santana, em seu art. 111, determina quais são as matérias que são consideradas como proposição, vejamos:

Art.111 - Proposição é toda matéria sujeita à apreciação da Câmara e consistirá em:

II - projeto de lei ordinária;

A Câmara Municipal é responsável por fixar e reajustar os subsídios do prefeito, vice-prefeito e vereadores para a legislatura seguinte, de acordo com o artigo 29, inciso V, da Constituição Federal.

No que tange a iniciativa para propor a Lei Complementar tal previsão encontra-se no seu art. 26, dispondo dos legitimados:

“Art. 25. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador e ao Prefeito, bem como ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município.”

Quanto a competência está prevista no art. 15 e no art. 16 da Lei Orgânica a previsão, vejamos:

**Art. 15.** Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

**XVIII** – fixação dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais, observado o que dispõe a Constituição Federal e esta Lei Orgânica;

**Art. 16.** Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

**XX** – Fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, observando o que dispõe os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I da Constituição Federal, até o final da legislatura, aplicando-se para legislatura para vigência apartir da legislatura seguinte;

Esta Comissão tem previsão legal no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Santana de acordo com art. 40, §2º, exarando suas atribuições no mesmo artigo, vejamos:

“Art. 40 – Compete especificamente: (Res. 003/2007, de 20/05/2007)

§ 2º - à Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle: I - examinar e emitir parecer sobre projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, além das contas apresentadas anualmente pelo Prefeito e pela Mesa da





# MUNICÍPIO DE SANTANA

ESTADO DO AMAPÁ  
PODER LEGISLATIVO

*Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle*

Câmara;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais e setoriais previstos na Lei Orgânica do Município, e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária;

III - receber as emendas à proposta orçamentária do Município e sobre elas emitir parecer; redação do vencido em Plenário e redação final da Lei Orçamentária.

IV - elaborar a redação final do projeto de lei orçamentária;

V - opinar sobre proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;

VI - obtenção de empréstimos e financiamentos pelo Município;

VII - as atividades de controle externo previstas no art. 36 da Lei Orgânica Municipal."

Desta feita, a Comissão está cumprindo sua função constitucional, pois o faz através da emissão do presente parecer.

A proposta de aumento dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais do Município de Santana encontra amparo jurídico e administrativo, além de ser fundamentada na análise técnica da capacidade financeira e orçamentária do Município. A medida busca garantir uma remuneração justa e condizente com a responsabilidade dos cargos, assegurando a valorização dos agentes políticos e o cumprimento das normas constitucionais e legais.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso X, dispõe que a remuneração dos agentes políticos deve ser fixada por lei específica, observando os princípios da administração pública, incluindo legalidade, eficiência, publicidade e moralidade. O artigo 29, inciso V, reforça que os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais devem ser fixados pela Câmara Municipal para vigência na legislatura seguinte, respeitando os limites impostos pela capacidade financeira do Município. Alguns pontos merecem destaque, são eles:

## **a) Amparo Constitucional e Legal**

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabelece normas para garantir o equilíbrio das contas públicas, exigindo que qualquer ajuste remuneratório esteja respaldado em análise técnica e capacidade financeira comprovada. Em consonância com o artigo 169 da Constituição Federal e com a LRF, o Município de Santana apresenta condições orçamentárias adequadas para a implementação da presente medida.





# MUNICÍPIO DE SANTANA

ESTADO DO AMAPÁ  
PODER LEGISLATIVO

*Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle*

## **b) Capacidade Financeira e Orçamentária**

### **b.1) Situação Econômica Favorável**

O Município de Santana tem demonstrado solidez financeira e crescimento sustentável em suas receitas, fruto de uma gestão responsável e eficiente. Os relatórios de gestão fiscal evidenciam que o Município está dentro dos limites legais de despesa com pessoal, conforme estabelecido no artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê um teto de 54% da Receita Corrente Líquida (RCL) para despesas dessa natureza.

Atualmente, o índice de comprometimento com despesas de pessoal está abaixo do limite prudencial de 51,3%, garantindo margem para adequações salariais sem comprometer o equilíbrio fiscal. Esse cenário é corroborado pelo aumento das receitas próprias, como o ISS e o IPTU, bem como pelas transferências constitucionais, incluindo o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que têm registrado crescimento nos últimos exercícios financeiros.

### **b.1.2) Planejamento Orçamentário**

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município já contempla reservas para ajustes salariais e outros incrementos necessários, garantindo que o aumento dos subsídios não impactará negativamente os investimentos em áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura. Além disso, o planejamento financeiro municipal tem priorizado a geração de superávits e a redução de despesas não essenciais, criando um ambiente fiscal favorável à valorização dos agentes públicos.

### **b.1.3) Equilíbrio Fiscal**

Os dados financeiros mais recentes indicam que Santana mantém um saldo positivo em suas contas públicas, com capacidade de honrar todas as obrigações correntes e investimentos planejados. A ausência de atrasos nos pagamentos de servidores, fornecedores e contratos em execução reforça a saúde financeira do Município. Esse equilíbrio permite não apenas a execução de políticas públicas essenciais, mas também a revisão periódica das remunerações, em conformidade com as exigências legais e a realidade econômica local.



# MUNICÍPIO DE SANTANA

ESTADO DO AMAPÁ  
PODER LEGISLATIVO

*Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle*

## **b.1.4) Valorização dos Agentes Políticos**

O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais desempenham papéis estratégicos e de alta complexidade, sendo responsáveis pela condução das políticas públicas e pela gestão eficiente dos recursos públicos. A atualização dos subsídios reflete o reconhecimento da relevância de suas funções e a necessidade de compatibilizar a remuneração com as exigências dos cargos.

A valorização dos agentes políticos também contribui para a retenção de quadros qualificados e para a motivação no exercício das funções públicas, promovendo uma gestão mais eficiente e comprometida com os interesses da população.

## **b.1.5) Respeito à Legalidade e Transparência**

A fixação e eventual reajuste dos subsídios serão realizados com total respeito aos princípios constitucionais e legais. A medida será amplamente divulgada, garantindo transparência e participação da população no processo legislativo. A gestão municipal reafirma o compromisso com a observância das normas da Lei Orgânica do Município e da Lei de Responsabilidade Fiscal, assegurando que a alteração proposta não comprometerá o equilíbrio financeiro e orçamentário.

Diante do exposto, resta claro que o Município de Santana possui plena capacidade financeira e orçamentária para implementar o reajuste dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais. A medida é juridicamente fundamentada e representa um avanço no reconhecimento da importância dos agentes políticos para a gestão municipal. Além disso, demonstra o compromisso da administração com a valorização dos seus quadros e com a promoção de uma gestão pública eficiente e equilibrada.

Por essas razões, submetemos esta proposição à apreciação da Câmara Municipal de Santana, certos de sua aprovação em benefício do bom funcionamento da administração pública e do atendimento aos interesses da população.





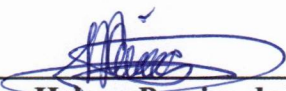
# MUNICÍPIO DE SANTANA

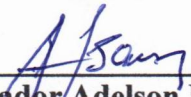
ESTADO DO AMAPÁ  
PODER LEGISLATIVO


*Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle*

Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Santana, Estado do Amapá, 26 de Novembro de 2024

## VOTOS PELA APROVAÇÃO

  
\_\_\_\_\_  
**Vereadora Helena Pereira de Lima**  
Relator

  
\_\_\_\_\_  
**Vereador Adelson Rocha**  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
**Vereador Luizinho**  
Membro

## VOTOS PELA REPROVAÇÃO

\_\_\_\_\_  
**Vereadora Helena Pereira de Lima**  
Relator

\_\_\_\_\_  
**Vereador Adelson Rocha**  
Presidente

\_\_\_\_\_  
**Vereador Luizinho**  
Membro

# MUNICÍPIO DE SANTANA

ESTADO DO AMAPÁ

PODER LEGISLATIVO

Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle



Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Santana, Estado do Amapá, 26 de Novembro de 2021

## VOTOS PELA APROVAÇÃO

Vereadora Helena Pereira de Lima

Relator

Vereador Adelson Rocha

Presidente

Vereador Luizinho

Membro

## VOTOS PELA REPROVAÇÃO

Vereadora Helena Pereira de Lima

Relator

Vereador Adelson Rocha

Presidente

Vereador Luizinho

Membro